

A coluna esportiva de Plínio Marcos no jornal *Movimento*: a imprensa alternativa como resistência aos silenciamentos

Plinio Marcos's sports column in *Movimento* newspaper: alternative press as resistance to censorship

José Ismar Petrola Jorge Filho

Universidade de São Paulo
São Paulo, SP, Brasil

Resumo

No presente artigo, estudamos o jornal alternativo *Movimento*, no contexto da imprensa alternativa de resistência à ditadura militar, e sua relação com a censura. Procurando mostrar como a imprensa alternativa tentou constituir um espaço de resistência, abrigando profissionais censurados nas artes e na grande imprensa e explorando temáticas e linguagens silenciadas em outros jornais, analisamos um conjunto de 35 artigos publicados pelo dramaturgo e jornalista Plínio Marcos (1935-1988) em *Movimento*, entre 1976 e 1979.

Abstract

In this article, we study the newspaper *Movimento*, in the context of the alternative press in resistance to the military dictatorship, and its relation with censorship. In order to show how the alternative press tried to constitute a space of resistance, sheltering professionals censored in arts and mainstream press and exploring themes and languages silenced in other newspapers. We analyzed a set of 35 articles published by the playwright and journalist Plínio Marcos (1935-1988) in *Movimento*, from 1976 to 1979.

Palavras-chave

Imprensa alternativa; Movimento (jornal); Plínio Marcos; censura

Keywords

Alternative press; Movimento (newspaper); Plínio Marcos; censorship.

Introdução: a imprensa alternativa

A imprensa alternativa se define por uma tentativa de criar narrativas divergentes daquelas que predominam na grande imprensa. Por imprensa alternativa, aqui, entendemos, principalmente, a profusão de publicações de pequeno porte que se observa principalmente a partir da década de 1960, num contexto de polarização política, após o golpe de 1964. A expressão *imprensa alternativa* foi popularizada pelo jornalista Alberto Dines em sua coluna *Jornal dos Jornais*, que era publicada na *Folha de S.Paulo* no final da década de 1970. Paele, essa imprensa tinha a função de propor uma alternativa a um tipo de jornalismo que se consolidava como padrão na época – alternativa não só com relação aos assuntos noticiados e forma de relatá-los, mas na sua própria gestão como empresa, nem sempre visando ao lucro (CHINEM, 1995, p. 30).

As décadas de 1950 e 1960 são lembradas como um período de consolidação da grande imprensa e de um jornalismo considerado “profissional”. Jornais de grande porte, como *O Globo*, os *Diários Associados*, a *Última Hora*, as *Folhas*, bem como as emissoras de rádio e a incipiente TV se expandem, num contexto marcado por alianças políticas das quais os grandes empresários da comunicação se favorecem. A expansão do jornalismo como uma indústria editorial leva também a uma padronização do texto e dos próprios procedimentos de reportagem.

Algum tipo de jornalismo alternativo sempre existiu desde o surgimento da imprensa – Werneck Sodré (1966) menciona os panfletos abolicionistas no Brasil Império e uma rica imprensa de movimentos anarquistas e comunistas no início do século XX. Kucinski (2003) e Chinem (1995, p. 31) também registram alguns jornais satíricos que circularam na década de 1950 como precursores da imprensa alternativa. Frequentemente considera-se como inaugurador da imprensa alternativa de resistência à ditadura militar o semanário *Pif-Paf*, fundado por Millôr Fernandes em 1964.

O que diferencia os alternativos surgidos nas décadas de 1960 e 1970   sua profusão e diversidade. Se, por um lado, há uma razão técnica (maior facilidade e menor custo de produ o do jornal), o principal fator que aglutina esses alternativos que surgem é a proposta de uma alternativa enquanto jornal, isto é, buscando formas de narrativa, temáticas e modos de administra o diferentes da grande imprensa, e, principalmente, o fato desses jornais, em sua maioria, se colocarem como oposi o ao regime militar iniciado em 1964. São veículos, em geral, ligados a movimentos políticos de contesta o, existindo como meio de financiamento, divulga o de sua ideologia e órgão aglutinador desses movimentos – em especial após o golpe, com o desmonte da imprensa ligada a partidos de esquerda ou de posi o divergente do regime. Outros fatores contribuiram para essa variedade de jornais alternativos, como a expansão dos cursos superiores de Comunica o e o surgimento de certos nichos experimentais na grande imprensa, como a revista *Realidade* e o *Jornal da Tarde* dos anos 1960, pautados pela proposta de reportagens aprofundadas e com maior presença de elementos literários na narrativa, e mesmo as colunas de Millôr Fernandes em vários veículos com seu estilo híbrido, influenciado pela dramaturgia e pela charge.

Bernardo Kucinski (2003, p. 36) identifica três “grandes linhagens” de jornais alternativos, duas delas fundadas por jornalistas egressos da revista *Realidade* e ligados à A o Popular. Uma vertente “política”, de jornais com temática mais politizada, preocupada com a denúncia de questões políticas e econ micas, com muito espaço para os debates culturais – *Movimento*, *Opinião*, *Politika*, entre muitos outros. Outra vertente seria a “existencial”, mais influenciada por movimentos contraculturais como os *hippies* e o tropicalismo, sem se submeterem ao rigor político e ideológico de muitas organiza es de esquerda – *Flor do Mal*, *Pato Macho*, *Verbo Encantado*. Há jornais influenciados mais por uma ou outra corrente ao longo de sua existência – era frequente que vários grupos políticos

divergentes disputassem o poder dentro de um jornal e, uma vez tomado o controle por um desses grupos, jornalistas divergentes saíssem do veículo, levando a uma mudança radical na linha editorial dos jornais – foi o caso, por exemplo, de *Versus*, que nasceu mais “existencial” e enveredou para uma direção mais “politizada”. Numa terceira vertente, em separado, ficariam os “alternativos cariocas”, como *Pif-Paf* e *O Pasquim*, marcados pelo uso do humor irreverente. Principalmente a partir de 1975, esse panorama se diversifica ainda mais, com a proliferação de jornais menores, ligados a sindicatos, grêmios estudantis, movimentos de base, e a diversificação de temas – feminismo, ecologia, direitos dos homossexuais, etc.

O jornal *Movimento*: a imprensa alternativa política

Na vertente política, destacam-se dois jornais semanais que, em boa parte, compartilham sua origem nos jornalistas egressos da experiência inovadora de *Realidade*. O semanário *Opinião* foi fundado por iniciativa do empresário e professor universitário Fernando Gasparian. A ideia surgiu durante seu exílio no Reino Unido e contou com o apoio de outros exilados brasileiros, como Raimundo Pereira e Bernardo Kucinski. Quando Gasparian volta ao Brasil, em 1972, os dois grupos – de Gasparian e Pereira – dão início ao semanário *Opinião*. O número zero do jornal foi lançado no Rio de Janeiro em 23 de outubro de 1972, com editorias de assuntos nacionais, internacionais, e tendências e cultura. Sua linha editorial era de um jornal de análise de tendências, misturando informação e análise. O jornal foi veiculado sem cortes até a edição número 8, quando passou a sofrer censura prévia, exercida por uma funcionária da Polícia Federal que ficava na redação do jornal. Formado por uma frente de correntes de esquerda, foi um jornal marcado por conflitos ideológicos internos, que culminaram na saída de grande parte de seus jornalistas – o grupo de Raimundo Pereira, que, em 1975, sai de *Opinião* para fundar um novo semanário, *Movimento*.

Movimento, por sua vez, já nasceu como um jornal censurado em seu lançamento, em 7 de julho de 1975. Antes de sair o primeiro número, a editora havia divulgado um folheto anunciando o novo jornal, que chamou a atenção da censura. A primeira edição só pôde sair após a censura prévia vetar quatro propostas de capas do jornal, além de 18 matérias inteiras, 8 fotografias, 10 ilustrações e 12 charges. A matéria de capa, *Cenas Brasileiras*, que incluía uma reportagem de Aguinaldo Silva sobre os atrasos nos trens da Central do Brasil que causavam revolta e depredações, teve diversos trechos vetados, e as exigências da censura também prejudicaram o cronograma de fechamento e distribuição do jornal (AZEVEDO, 2011, p. 12). Também houve numerosos cortes nas edições seguintes, e o jornal foi colocado sob censura prévia por três anos, de 1975 a 1978. Maria Aparecida de Aquino (1990, p. 78-120) analisa esses casos de censura em contraste com a censura sofrida pelo tradicional *O Estado de S. Paulo*, identificando grande número de tópicos vetados em *Movimento*: críticas ao regime, repressão política, corrupção governamental, críticas da oposição, violência policial, esquadrões da morte, Anistia, relações Igreja-Estado, críticas do exterior, drogas, crimes polêmicos, críticas à política econômica, exploração do petróleo no Brasil, condições de vida e trabalho da população, problemas de saúde pública, questão agrária, minorias, povos indígenas, movimentos sociais e estudantis, educação, transporte coletivo, poluição ambiental, esporte, cultura, direitos humanos, questões internacionais, e a própria censura. A censura a *Movimento* só foi levantada em junho de 1978. Em matérias publicadas nas edições seguintes, o jornal divulgou um balanço das interdições sofridas: até 8 de junho de 1978, a censura prévia proibira 3.093 matérias na íntegra, além de 450 mil linhas de textos parcialmente cortados e 3.162 desenhos, somando mais de 4,5 milhões de palavras suprimidas – em torno de 40% de todo o conteúdo produzido pelo jornal no período (AZEVEDO, 2011, p. 73). O

fim da censura prévia, porém, não significou que o jornal não viesse a sofrer outras pressões nos anos seguintes, como o terrorismo promovido por grupos de extrema-direita que explodiam bancas de jornal e promoviam atentados a redações.

Assim como *Opinião*, *Movimento* teve sua história bastante marcada por divergências internas entre os grupos de esquerda aos quais se filiavam seus jornalistas. Se, por um lado, o editor-chefe Raimundo Pereira defendia uma proposta mais de “frente ampla” contra a ditadura, o grupo de Bernardo Kucinski defendia um jornal mais “socialista”, sem “frentes com a burguesia” (AZEVEDO, 2011, p. 115). As tensões culminaram na saída, em 1977, de um grupo considerável de jornalistas de *Movimento* – alguns dos quais, mais tarde, fundaram *Em Tempo* e *Amanhã*. Kucinski (2003, p. 353), ao relatar as causas do “racha” em *Movimento*, atribui a divisão ao que considera tomada do controle do jornal por setores do PCdoB. Lutando para sobreviver em meio a dificuldades financeiras cada vez maiores, *Movimento* existiu até 1981.

Um dramaturgo na imprensa alternativa: Plínio Marcos

Uma característica da imprensa alternativa era sua diversidade de autores, incluindo cartunistas, escritores e dramaturgos, como Millôr Fernandes, cujo estilo peculiar, com uso de recursos do teatro como o diálogo, e principalmente de recursos gráficos da charge e do cartum, influenciou toda uma geração de jornalistas da imprensa alternativa. Para estes autores, a imprensa também serviu como fonte de renda e forma de se expressar num momento em que a censura contra as artes recrudescera.

Plínio Marcos (1935-1999) já era conhecido como dramaturgo maldito quando começou a escrever para jornais da grande imprensa, com uma coluna na *Última Hora*. Desde sua estreia como autor de teatro teve problemas com a censura – sua

primeira peça teatral, *Barrela*, só foi liberada para uma apresentação única, permanecendo proibida por duas décadas. O tema – inspirado no caso real de um garoto violentado na cadeia – e a linguagem, com diálogos violentos, repletos de palavrões chocavam a sociedade da época. Suas obras posteriores foram, em sua grande maioria, censuradas: *Nossa gente, nossa música* (1964) sofreu cortes e teve a estreia no Teatro de Arena proibida pela censura (MENDES, 2009, p. 28). Em 1965, *Reportagem de um tempo mau* foi proibida por ser “obra implicitamente de caráter subversivo, contrariando os preceitos legais do país” (ARQUIVO MIROEL SILVEIRA, 1965). No ano seguinte, *Chapéu em cima de paralelepípedo para alguém chutar*, foi vetada pela censura, que alegou “envenenamento moral do povo” (ARQUIVO MIROEL SILVEIRA, 1966). Em 1967, a peça *Navalha na carne* foi liberada só após protestos da classe artística, organizados pela atriz Cacilda Becker, ainda assim com numerosos cortes. Em 1969, durante uma apresentação de sua peça *Dois perdidos dentro de uma noite suja*, cuja proibição já havia sido levantada, houve intervenção da polícia, barrando novamente o espetáculo, e Plínio Marcos foi preso por desobedecer.

Foi a constante censura a suas peças teatrais que motivou Plínio Marcos a buscar outros meios de expressão, como a televisão – tornou-se conhecido por sua atuação na novela *Beto Rockfeller* – e principalmente os jornais impressos. Em 1972, foi colonista no *Guaru News*, semanário local de Guarulhos (SP) e, em 1975, foi para a revista *Veja*, onde manteve, por quase um ano, uma coluna sobre futebol. Foi demitido da *Veja*, segundo relatos, por pressões políticas após ter publicado uma coluna em que denunciava o problema do amadorismo marrom – jogadores de futebol profissionais registrados pela Confederação Brasileira de Desporto (CBD) como amadores. Também escreveu para *Folha de S.Paulo*, por pouco tempo – perdeu seu emprego no jornal após publicar coluna com críticas à burocracia que criava dificuldades para apresentações de suas peças (MENDES, 2009, p. 271-333).

Censurado nos grandes jornais, Plínio Marcos se volta para a imprensa alternativa, começando a escrever para *Movimento* em maio de 1976, com um espaço fixo. Entre o fim de 1976 e meados de 1978, quase não publicou textos assinados no jornal, embora seu nome continuasse na lista de colaboradores. Sua coluna voltou só em junho de 1978, na edição 154, de 12 de junho de 1978, a primeira após o fim da censura prévia. Porém, só na edição 172, de 16 de outubro, é que foi anunciada na capa a estreia do colunista “maldito”, que lá escreveu até fevereiro de 1979. No acervo de *Movimento* disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, identificamos 35 matérias assinadas por Plínio Marcos, sendo 33 artigos, uma crônica e uma reportagem. Em 15 dos textos, o futebol é um dos temas principais, enquanto os outros textos se dividem entre questões políticas e culturais. A seguir, analisamos os artigos publicados, com destaque para os esportivos, por representarem quase metade do material encontrado.

A coluna de Plínio Marcos em *Movimento*: futebol e repressão

Ao contrário de certo jornalismo esportivo que cobria com ufanismo as campanhas da seleção brasileira, Plínio Marcos mantém, em *Movimento*, a postura crítica com relação à Confederação Brasileira de Desportos que já tinha lhe custado colocações na grande imprensa. Utiliza, em seus textos, uma linguagem característica de suas obras literárias e teatrais, com recurso a gírias, expressões populares e ditados. Logo na sua primeira coluna em *Movimento*, ilustrada por uma charge de Alcy, denuncia incompetência administrativa e corrupção dos dirigentes de clubes como responsáveis perda de qualidade e público do futebol brasileiro, num momento em que o futebol juvenil está abandonado e os campos de várzea são extintos (MARCOS, 1976a, p. 11). Na edição seguinte, volta a denunciar a prática do “amadorismo marrom” – jogadores impedidos pela CBD de

se registrarem como profissionais, mesmo atuando em times profissionais (MARCOS, 1976b, p. 10). A influência política no futebol através de uma atuação autoritária da CBD é o principal tema das colunas de Plínio Marcos: em 21 de junho, questiona a estratégia da CBD, dirigida pelo Almirante Heleno Nunes, de inflar o Campeonato Brasileiro com times de pouca expressão no esporte, mas com potencial de atrair votos para a Arena, partido da situação na ditadura (MARCOS, 1976c, p. 11). Também denuncia censuras e intimidações contra jornalistas esportivos, como a agressão sofrida por Odair Pimentel, dos *Diários Associados*, por “capangas” de um dirigente do Corinthians (MARCOS, 1976d, p. 10). Nesse contexto de interesses políticos e empresariais escusos guiando o esporte, o fracasso da Seleção Brasileira nas Olimpíadas de Montreal em 1976 era a consequência mais provável (MARCOS, 1976e, p. 9). O último artigo de Plínio Marcos em sua coluna fixa, em 1976, é de 13 de setembro, também com críticas a dirigentes esportivos.

Em 13 de dezembro, o autor participou da cobertura extensa que o jornal fez da “invasão corinthiana” no Maracanã, quando milhares de torcedores do Corinthians foram ao Rio de Janeiro ver seu time jogar contra o Fluminense na pré-final do Campeonato Brasileiro de 1976. O Corinthians venceu nos pênaltis, classificando-se para a final. Numa crônica, com uso de recursos literários, Plínio Marcos narra a história de um torcedor que, emocionado com a vitória do time, “morreu suspirando por Baltazar” (MARCOS, 1976f, p. 4).

Durante o ano de 1977, Plínio Marcos não publica em *Movimento*, exceto por uma reportagem que assinou junto com Inimá Simões, em 3 de março de 1977, sobre o Carnaval de rua em São Paulo, cobrindo os diversos casos de vandalismo e brigas registrados na festa e reprimidos pela polícia. Os repórteres mostram, com dados, que esta violência também é resultado da repressão ao carnaval de rua, com as restrições impostas pela prefeitura quanto aos locais, e estrutura insuficiente para os foliões.

Critica-se, portanto, a política do governo brasileiro de transformar o Carnaval brasileiro num produto de exportação para o turismo, reprimindo blocos de rua e incentivando os desfiles no Sambódromo.

No imenso Galpão de Exposições do Parque Anhembi (ideal para exposições de automóveis), sessenta mil pessoas tentaram desajeitadamente brincar um pouco. Mas não dava. Música saindo difusa e rouca dos alto-falantes, absolutamente nenhuma decoração (a Antártica, muito simpática, colocou faixas - Beba Antártica), taxa para a utilização de sanitários, policiamento ostensivo e intensivo, não permitiram que ali houvesse Carnaval. Em vez de alegria, havia frustração: a população mais sem opções parecia haver sido 'despejada' dos subúrbios da cidade para aquele canto isolado da Av. Marginal, por descargo de consciência da Prefeitura que não se deu ao trabalho de contratar nem uma bandinha mixuruca para alegrar as quatro noites. Da frustração, não é difícil a passagem para a agressividade que se materializava quando alguém se destacava demais (principalmente mulheres ou homossexuais), ou quando se descobriu que as latinhas-chocalho doadas pela HASPA (Caderneta de Poupança) estavam cheias de milho e não de moedas, e elas se tornaram armas de pequenas guerras de lata. (MARCOS; SIMÕES, 1977, p. 11-21)

Em meados de 1978, Plínio Marcos retoma as críticas às políticas brasileiras para o futebol. Comentando uma derrota da seleção brasileira na Copa do Mundo, atribui o desempenho fraco da equipe ao autoritarismo da CBD, que impôs o técnico Cláudio Coutinho, cujo estilo impositivo, trazendo técnicas importadas sem levar em consideração a experiência de seus jogadores, é uma metáfora de um regime tecnicista que não aceita e não dialoga com a cultura popular (Marcos, 1978a: 9). Na semana seguinte, a seleção brasileira ganhou de 3 a 0 contra o Peru e houve vários relatos de violência nas manifestações. Em sua coluna de 19 de junho de 1978 em *Movimento*, Plínio Marcos atribui os

episódios a uma revolta contida da população mais pobre, oprimida pela inflação, desemprego e falta de perspectivas: o futebol seria um circo que já não conseguiria mais servir de válvula de escape (MARCOS, 1978b, p. 23).

Mesmo em colunas cujo assunto principal não é futebol, o autor usa metáforas ligadas ao esporte, como "o povo brasileiro só berra da geral, sem nunca influir no resultado", em referência à falta de democracia. Critica o investimento em grandes estádios como o Morumbi e um maior ainda, planejado para ser o do Corinthians, em vez de "dar comida e espaço para as manifestações espontâneas do povo" (MARCOS, 1978c, p. 28). O autoritarismo nos esportes serve de metáfora para o autoritarismo do regime como um todo:

Mas, o que se poderia esperar de dirigentes de um país que sufoca a inteligência com brutais atos de exceção, ou (como a partir deste ano de 1979) com uma lei de segurança nacional que na verdade deixa inseguro o povo? Nada. Os detentores do poder passaram, prenderam, mataram, exilaram, esmagaram, com sua censura policial, as inteligências mais vivas do Brasil. O resultado é esse aí. Ficaram rodeados, os detentores do poder, por tecnocratas, burocratas, corruptos, sabujos e incompetentes. No futebol, não deu outra coisa. E o resultado só poderia ser o caos. Com eles mesmos dando trombadas neles, pedindo intervenção nas federações, se acusando de trambiqueiros e corruptos. O futebol reflete a imagem deste governo que finda. E vai continuar refletindo a do governo que vai começar. (MARCOS, 1979a, p. 18)

No final de 1978 e início de 1979, Plínio Marcos ironiza as contradições da "abertura" do regime anunciada pelo general Figueiredo e o resultado das eleições gerais de 1978, que definiram a composição do Congresso Nacional, porém com uma série de manobras do governo para impedir que a oposição tivesse maioria e limitar a possibilidade de atuação dos parlamentares de oposição. Prega a deso-

bediência civil contra a ditadura, ao mesmo tempo, sugerindo que a crise econômica e o arrocho salarial dos trabalhadores gerariam a pressão capaz de derrubar o regime (MARCOS, 1978d, p. 10). A corrupção do governo e a violência policial também são temas recorrentes de suas colunas.

A censura também é lembrada: em 27 de novembro, questiona a apreensão ao jornal *Movimento*, “sem a mínima explicação” e defende que a censura às artes, combinada com a importação em massa da cultura de consumo, ameaça a cultura nacional.

Um povo não pode progredir sem liberdade de expressão. Não existe nenhuma possibilidade de se ter respeito integral aos direitos humanos, se não existir liberdade de expressão. A censura esmaga o desenvolvimento de um povo. Em tempos de leis de segurança como essa, que foi aprovada por decurso de prazo, a nação fica envolvida por uma sombria nuvem obscurantista. Nesses tempos, mais do que nunca, se tem que ter fé. Muita fé. Acreditar que vale o risco que se corre por querer gerar luz nas trevas. (...) Quem sufoca a cultura do povo com censura, quem permite a invasão do país pelos veículos de comunicação social não está realmente a serviço da pátria do seu povo. (MARCOS, 1978e, p. 19).

Plínio Marcos também publicou um texto teatral – *Ai que saudades da saúva* – em *Movimento* nº 180, de 11 de dezembro, apresentando-se como “ex-autor teatral”, em referência à perseguição intensa que sofreu da censura e que o fez ir para o jornalismo alternativo. Na cena, “Patriotão” (que representa o governo brasileiro) e “Mister (que representa os Estados Unidos) negociam a venda de madeira da floresta amazônica, com planos de repressão policial contra opositores e uso da televisão para a propaganda oficial (Marcos, 1978f, p. 24).

Como dramaturgo “maldito”, não deixa de questionar a permanência da censura que sofreu por suas peças: ainda em 1979, suas peças *Barrela* e *Abajur Lilás* permaneciam proibidas.

Nesse ano de 1979, ‘Barrela’, minha primeira peça, vai completar vinte anos de proibição. Vinte anos! Essa peça foi escrita quando eu tinha 22 anos e é válida até hoje. Não por culpa da peça, apenas uma reportagem sobre um aspecto da vida carcerária. A peça continua válida por culpa do País, que não evoluiu socialmente. E se continuarmos no ritmo em que vamos, essa peça acaba sendo um clássico. Por Deus, eu juro que gostaria que ‘Barrela’ estivesse superada. Mas não está, por culpa dos detentores do poder, que teimam na política do arrocho salarial, teimam em não fazer uma distribuição de riquezas justa. (MARCOS, 1979b, p. 11).

Na transição de governo, ao longo de janeiro de 1979, o autor não poupa sarcasmo contra os ministros indicados pelo presidente Figueiredo, cuja escolha demonstra, em sua opinião, que a abertura “lenta e gradual” prometida pelo general não passava de promessa. Prova disto é a permanência da censura, não só às diversões públicas, mas também à imprensa – muito embora o governo não poupe elogios ao que considera “imprensa salutar”, os jornais da grande imprensa menos críticos ao regime:

A imprensa é livre. Porém (e sempre tem um porém), o papel tem dono. O jornalista Noaldo Dantas, do Jornal de Alagoas, que é da rede dos Diários Associados, perdeu o emprego. Foi demitido porque fez críticas ao General Golbery e ao General Figueiredo. Por essas e outras é que muito artista, jornalista, político, intelectual e operário prefere ficar incrementando o debate sobre fofoca, do que correr o risco de ter que criticar o governo e se ferrar. Noaldo Dantas perdeu o emprego por ser um jornalista honesto. Foi punido por não ser um bajulador dos detentores do poder. Isso que está aí não é nem uma fresta, quanto mais abertura. O general Figueiredo jurou que vai fazer uma democracia no Brasil. E o jornalista Noaldo Dantas foi punido pelo crime de opinião. Isso quer dizer que o General Figueiredo só dará democracia se todos os brasileiros pensarem igual.

Aí haverá liberdade. Todos poderão passar fome e bater palmas livremente. E quem for contra essa democracia, ele prende e arrebenta, como falou. (MARCOS, 1979c, p. 20).

Em seu estudo sobre a censura a *Movimento*, Aquino (1990, p. 106) aponta que houve censura a duas matérias de Plínio Marcos, de maio e julho de 76 que falam sobre a “cartolagem”, a intervenção de grupos econômicos e políticos no futebol, relacionando a perda de interesse do povo no esporte ao desaparecimento dos campos de várzea e à corrupção da Confederação Brasileira de Desporto. Observa-se, na coluna de 31 de maio de 1976, sobre desvio de dinheiro no futebol, a substituição de um trecho pela frase: “A imprensa do leitor depende exclusivamente das vendas e assinaturas para sobreviver. Leia, divulgue e mobilize seus amigos para assinar MOVIMENTO”. Esta era uma das estratégias do jornal para repor os espaços em branco que sobravam após os cortes da censura. Cabe lembrar que o futebol teve importância fundamental para a propaganda do regime militar. O tricampeonato da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970 permitiu ao presidente Médici alcançar uma popularidade maior que seus antecessores, através do discurso ufanista dos slogans “Este é um país que vai pra frente” e “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Não só nas colunas de Plínio Marcos, mas principalmente em suas reportagens e charges, *Movimento* questionou esse discurso.

Conclusões: censura e silenciamento, o alternativo como resistência

A censura aos jornais guardava suas peculiaridades. Quando se estuda, por exemplo, a censura a peças teatrais, observamos que ela ocorria dentro de um processo regulamentado por lei, havendo uma documentação e arquivamento sistemático dos documentos, e sua existência e decisões eram públicas. Havia, inclusive, certo apoio de setores

conservadores da sociedade, a ponto de terem existido abaixo-assinados pedindo a proibição de peças de autores como Nelson Rodrigues (JORGE FILHO, 2013, p. 143). Já a censura à imprensa, no Brasil, procurava em geral dissimular sua atuação. Beatriz Kushnir (2004) observa que, comumente, a censura proibia a explicitação de sua atuação. Os jornais não podiam, por exemplo, deixar em branco um espaço censurado.

Autores como Kucinski (2003) avaliam que a concentração da imprensa brasileira em torno de oligopólios também facilitou certa complacência dos jornais com o regime militar, quando não por afinidade ideológica, por uma decisão pragmática de evitar prejuízos financeiros causados por censura. Assim, em muitos casos, não há somente uma *censura* imposta pelo Estado, mas um *silenciamento* imposto por várias instâncias – frequentemente, pelas próprias empresas jornalísticas. Kushnir (2004) questiona certa narrativa de resistência dos jornais contra a censura, apontando a frequência com que houve autocensura e até mesmo colaboração de alguns veículos com o aparato repressivo.

A censura foi mais forte contra a imprensa alternativa do que contra veículos mais tradicionais. Também se observa, na década de 1970, um discurso frequente de desqualificação da imprensa, em especial dos jornais alternativos. Quando Figueiredo se refere a uma *imprensa salutar* para o País, subentende-se que há uma imprensa não salutar, nociva à saúde da nação. Note-se que, nas orientações recebidas pelos censores, os jornalistas não alinhados ao regime são automaticamente classificados como boateiros ou mentirosos – hoje talvez se usasse o termo *fake news*. Paolo Marconi, em sua coletânea de discursos oficiais, manuais, telegramas e “bilhetinhos” de censura, destaca, por exemplo, a declaração de um general, já em 1979, para quem “os jornalistas não passam de fomentadores de boatos com o objetivo de criar um clima de tensão” (Marconi, 1980, p. 24). Eram frequentes declarações deste tipo por parte de autoridades, com

a justificativa de proteger o país do perigo comunista e da guerra psicológica promovida por agentes comunistas infiltrados, dispostos a promover a promiscuidade, o sexo livre, as drogas e a subversão. A existência de censura à imprensa não era assumida oficialmente, mas notícias de jornais eram comumente desmentidas. A Lei de Imprensa de 1967 (Lei nº. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967) concedia liberdade à imprensa, mas proibindo “propaganda de guerra” ou “processos de subversão da ordem política e social”, e a Lei de Segurança Nacional de 1969 (Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969) previa detenção de até um ano para jornalista que divulgasse “notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor o povo com as autoridades constituídas”.

O alternativo representou uma imprensa não “salutar” para a ditadura e um contraponto à grande imprensa, não só nas matérias que são cobertas, mas também nas linguagens exploradas, tentando quebrar não só a censura estatal, mas os silenciamentos que podem ocorrer no interior das empresas jornalísticas. Se os grandes jornais repercutiam o discurso oficial de exaltação da seleção brasileira, *Movimento* abriu espaço para um colunista censurado por denunciar corrupção e autoritarismo no esporte.

A imprensa alternativa dessa geração acabou no início dos anos 1980, por uma combinação de fatores políticos e econômicos. Com a abertura política, não havia mais a necessidade de aglutinar frentes de esquerda fora do meio partidário tradicional, como faziam os jornais alternativos. Na década de 1980 proliferaram veículos menores, ligados associações, sindicatos, mais restritos aos interesses dessas agremiações. Nas décadas seguintes, houve a tentativa de retomar o projeto da imprensa alternativa em veículos como revistas e *blogs* (PEREIRA FILHO, 2004) e, posteriormente, nas redes sociais, com plataformas que viabilizam a transmissão de conteúdo em tempo real e de forma interativa, trazendo também outras questões,

como a diluição das fronteiras entre o jornalismo e outras formas de expressão. Persistem, contudo, as tentativas de se criar alternativas contra silenciamentos que, hoje, não são mais impostos somente pelo Estado, mas formam uma censura difusa, exercida por vários setores da sociedade, tentando cercear no espaço público as manifestações que contrariem seus interesses (COSTA, 2016).

Referências

ARQUIVO MIROEL SILVEIRA. *Reportagem de um tempo mau*. Plínio Marcos. Prontuário DDP 5749 do Arquivo Miroel Silveira da ECA/USP, 1965.

ARQUIVO MIROEL SILVEIRA. *Chapéu em cima de paralelepípedo para alguém chutar*. Plínio Marcos. Prontuário DDP 5863 do Arquivo Miroel Silveira da ECA/USP, 1966.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado autoritário (1968-78): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de S. Paulo e Movimento*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1990.

AZEVEDO, Carlos (org.). *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Cristina. Isto não é censura: a construção de um conceito e de um objeto de estudo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2016.

JORGE FILHO, José Ismar Petrola. *Dramaturgos e jornalistas: influência da prática jornalística na dramaturgia no Brasil em meados do século XX, a partir dos prontuários de censura do Arquivo Miroel Silveira*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013.

- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira. 1968-1978*. São Paulo: Parma, 1980.
- MARCOS, Plínio. Cadê o dinheiro? *Movimento*, n. 48, p. 11, 14 jun. 1976.
- _____. Mais vexame da CBD. *Movimento*, n. 50, p. 10, 14 jun. 1976.
- _____. Mumunhas matam o futebol. *Movimento*, n. 51, p. 11, 21 jun. 1976.
- _____. Politicagem, vexame e agressão (coisas dos cartolas no futebol). *Movimento*, n. 56, p. 10, 26 jul. 1976.
- _____. Não é só o peru que morre na véspera. *Movimento*, n. 57, p. 9, 2 ago. 1976.
- _____. Um corintiano foi falar com Deus. *Movimento*, n. 76, p. 4, 13 dez. 1976.
- _____. Meia volta, volver. *Movimento*, n. 154, p. 9, 12 jun. 1978.
- _____. O circo já não está servindo como válvula de escape. *Movimento*, n. 155, p. 23, 19 jun. 1978.
- _____. Sem título, *Movimento*, n. 176, p. 28, 11 nov. 1978.
- _____. A tragicomédia do absurdo não pode ser escrita por nenhum dramaturgo. *Movimento*, n. 174, p. 10, 30 out. 1978.
- _____. Sem título. *Movimento*, n. 178, p. 29, 27 nov. 1978.
- _____. Ai! Que saudade da saúva. *Movimento*, n. 180, p. 24, 11 dez. 1978.
- _____. Alguém esperava esporte limpo? *Movimento*, n. 183, p. 18, 1 jan. 1979.
- _____. Fazem o que nem a SS de Hitler fez, e falam de abertura? *Movimento*, n. 184, p. 11, 9 jan. 1979.
- _____. Vem aí: liberdade total para quem quiser passar fome e bater palmas! *Movimento*, p. 20, 5 fev. 1979.
- MARCOS, Plínio; SIMÕES, Inimá. Um carnaval violento. *Movimento*, n. 88, p. 11-21, 3 mar. 1977.
- MENDES, Oswaldo. *Bendito maldito: uma biografia de Plínio Marcos*. São Paulo: Leya, 2009.
- PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

José Ismar Petrola Jorge Filho - Doutorando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Integrante do Observatório de Comunicação, Mídia e Liberdade de Expressão (Obcom-USP). E-mail: jose.ismar.filho@usp.br

Recebido: 28 out. 2018

Aprovado: 19 dez. 2018